

Comunicação do Episcopado do Paraná sobre os problemas da terra

Convictos de que o amor a Deus nos impõe a preocupação pelo irmão e sensibilizados pelos problemas referentes ao homem do campo em nossas Dioceses, sentimos-nos como Bispos do Paraná no dever pastoral de levar nossa palavra de conforto, esclarecimento e orientação ao nosso povo. Aproveitamos para nos dirigir também às pessoas investidas de autoridade e, que em razão de suas atribuições públicas, estão comprometidas com o serviço do povo e com a solução destes e outros problemas.

Por agora, nossa palavra quer ser apenas um alerta, um chamado de atenção a partir da realidade, dos seus apelos e das soluções que necessariamente se impõem.

I — Constatamos:

Haver um êxodo rural cada vez mais acelerado determinando, por um lado, o "inchamento" dos centros urbanos, resultando na quase sempre marginalização do homem e, por outro lado, gerando uma forte e nociva corrente migratória;

Haver no campo um processo sutil de penetração de grandes empresas, muitas delas alheias às atividades agrícolas, destimulando progressivamente o pequeno agricultor e encaminhando-se decidi-

damente à concentração das terras em mãos de poucos;

Haver um empobrecimento sempre mais sensível entre a classe dos trabalhadores rurais, um aumento acentuado de trabalhadores volantes (bóias-frias) socialmente desprotegidos e desamparados, e um número sempre maior de agricultores sem terras, havendo até casos de despejos arbitrários de posseiros, meeiros, arrendatários e outros ligados à terra;

Haver desrespeito às reservas dos índios, gerando dia a dia tensões e confrontos abertos de gravíssimas conseqüências;

Haver, no dizer dos técnicos, um desrespeito gritante frente às reservas naturais da fauna e flora, pela extinção indiscriminada das matas, pelo uso excessivo de inseticidas, herbicidas, adubos químicos, determinando a morte biológica do solo e a erosão; provocando desequilíbrios ecológicos de sérias conseqüências para o futuro, e inclusive séria ameaça à saúde e à própria vida do homem;

Haver um estímulo para a modernização da agricultura, porém, orientada ao aumento desenfreado do lucro de alguns em detrimento da dimensão humana do pequeno agricultor.

Constatamos, pois, que este novo surto desenvolvimentista na agricultura está causando, não só prejuízos materiais ao pequeno agricultor, mas também, a desagregação da família rural e de seus preciosos valores éticos e religiosos.

Diante disso, como pastores e responsáveis pela transmissão da doutrina evangélica, tantas vezes explicitada pelos Documentos da Igreja, sentimo-nos na obrigação de reafirmar estes mesmos princípios que servirão para uma análise crítica dos fatos que acabamos de constatar:

Desde o início, Deus entregou a terra a todos os homens: "O Céu é o céu do Senhor, mas a terra Ele a deu aos filhos do homem" (Sl. 113, b, 16).

Recentemente o ensino da Igreja reafirmou, de maneira clara, esta mesma doutrina na Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de hoje, da seguinte maneira: "Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade sob as regras da justiça, inseparável da caridade" (Gaudium et Spes, 69).

Já o profeta Isaías recriminava a concentração de terras nas mãos de poucos, com as seguintes palavras: "Ai de vós, que ajuntais casa com casa e que acrescentais campo a campo, até que não haja mais lugar, e que sejais os únicos proprietários do país (Is. 5,8).

Calham bem, ainda, para a situação que lamentamos a afirmação do Concílio Vaticano II, quando escreve na Constituição supra citada, o seguinte: "Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes ou também extensíssimas propriedades rurais, pouco cultivadas, ou sem cultura alguma, à espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcelas mínimas..."

II — Indagamos:

Baseados na opinião de técnicos, em dados estatísticos do INCRA, estudos da CONTAG, ABRA e outros, que asseveram ser a pequena propriedade mais produtiva, por aproveitar melhor as terras, investir mais, produzir o grosso de nossas colheitas e gerar melhores rendimentos físicos nos perguntamos:

Por que a atual política agrária se orienta para a grande empresa, extinguindo progressivamente a pequena propriedade e favorecendo a concentração das terras em monopólios latifundiários?

Por que se deixam intocáveis os grandes latifúndios do Paraná, com um total de 4.015.425 ha. de terras aproveitáveis não exploradas? (1)

Como não deveria aumentar, ainda mais, a nossa inquietação, com o fato da debilidade das decisões políticas em prol de uma efetiva reforma agrária, por parte de um órgão especializado que, para tanto, tem em mãos o Estatuto da Terra?

Qual a coerência e qual a preocupação humanitária da política que orienta e incentiva a agricultura de exportação, que lesa os interesses nacionais, desestimulando a produção de gêneros de primeira necessidade e obriga conseqüentemente a sair da terra o pequeno agricultor, principal artífice da variedade dos produtos agrícolas?

Como explicar a orientação para a expansão do volume físico das exportações, se especialistas no assunto constatam que há desproporção entre o crescimento da exportação, que foi de 20,03% em 1974, e o aumento do valor da mesma que foi apenas de 5,6%? (2)

Por outro lado, por que no afã de equilibrar a dívida externa, sacrificar grande parte da população (pequeno agricultor) que menos usufrui dos benefícios das im-

portações, principais responsáveis pelo desequilíbrio da balança?

Por que, através dos incentivos fiscais, a política agrária não fornece ao pequeno agricultor maiores facilidades de crédito, proporcionando-lhe, assim, maior estímulo e confiança no cultivo da terra?

Como entender, num país continental como o nosso, com 70 milhões de ha. de terras aproveitáveis e não exploradas (3), a maciça emigração ao Paraguai de, aproximadamente, 300.000 brasileiros? (4).

Diante deste quadro, cabe-nos ou não lamentar, a inoperância reivindicativa a que foram reduzidos os sindicatos rurais na atual conjuntura?

Por fim, nos perguntamos, por que a política agrária, que opta pelo aumento da produção agrícola, e, estimula a modernização da agricultura com pesados custos sociais consequentes, não se preocupa em alterar a estrutura fundiária, proporcionando um quinhão de terra a tantos que, para sobreviver dela dependem?

III — Decidimos:

Baseando-nos no Estatuto da Terra, como também aderindo aos pronunciamentos dos Bispos de várias regiões do Brasil, bem como na ação e no exemplo da Comissão Pastoral da Terra, julgamos oportuno apelar às autoridades constituídas para que façam uma revisão do atual encaminhamento da estrutura fundiária, para tentar corrigir as distorções e encaminhar uma efetiva reforma agrária.

Decidimos mobilizar os agentes de pastoral em torno de um trabalho evangelizador de conscientização do agricultor, para que evite de toda a forma a venda e hipoteca de suas terras, esclarecendo-o, todavia, sobre outras formas de financiamento, fixando-se com coragem em sua propriedade.

Valemo-nos da Campanha da Fraternidade do corrente ano — CNBB — para endossar com ênfase especial o seguinte parágrafo: “o homem é naturalmente um ser social, que tem direito e, até o dever de se associar em grupos legítimos para o mútuo apoio, a defesa comum e maior contribuição para a inteira sociedade. Por isso, a Igreja sempre apoiará os sindicatos autênticos, autônomos e livres, com força para reivindicar os direitos dos associados e que não se reduzem a organizações assistencialistas, mas servem à verdadeira promoção da classe trabalhadora” (5).

Apoiamos as iniciativas na CNBB em constituir linhas de pastorais específicas, tais como a Pastoral Rural e Pastoral da Terra que buscam atuar junto ao homem do campo, à luz do Evangelho. Ao mesmo tempo, manifestamos nossa solidariedade a todos os que se empenham evangelicamente na promoção dos trabalhadores rurais e, que por isto, muitas vezes, sofrem ameaças, perseguições, quando não agressões mais graves.

Diante da complexidade do problema agrário, bem como do zelo que deva animar-nos como pastores, julgamos oportuno encaminhar um estudo mais completo da realidade agrária paranaense, à luz da Doutrina Social da Igreja.

IV — Concluimos:

Com esta reflexão e decisão, consolidamos, uma vez mais, a comunhão com as várias Igrejas Regionais do Brasil, que, em várias oportunidades se manifestaram em defesa dos mais pobres e oprimidos.

Reconhecemos, também, e desejamos somar esforços com tantas pessoas e organismos pioneiros que, de longa data e de várias maneiras, trabalham no alerta e solução dos mais variados problemas da terra, tais como: defesa, promoção e educação do homem rural, amparo e pro-

teção das jovens do interior, auxiliares do lar, nas grandes cidades, melhoria da legislação rural, apoio aos sindicatos rurais, defesa da fauna e flora, reflorestamento racionalizado e de tantas outras meritorias iniciativas.

Registramos igualmente com louvor, o persistente empenho de tantos agentes de pastoral rural — sacerdotes, religiosas e leigos — que nas comunidades e capelas rurais vivem lado a lado da família rural num trabalho de profundo sentido religioso, humano e patriótico.

Inspirados, pois, no documento da CNBB, "Exigências Cristãs de uma Ordem Política" quando diz: "Nós, pastores, temos a consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade, de acordo com estes princípios", entregamos ao povo e aos responsáveis pelo bem comum este comunicado.

Esperamos e temos certeza que será recebido como contribuição ao anseio de todos em construir um mundo melhor, firmado nos valores da paz, da justiça e fraternidade verdadeiras.

A quantos nos ouvirem e se empenharem em aplicar estes nossos ensinamentos, recordamos as palavras do Concílio Vaticano II: "Os cristãos que participam ativamente no atual desenvolvimento econômico-social e, lutam pela justiça e caridade estejam convencidos que podem contribuir muito para o bem estar da humanidade e paz no mundo" (GS, 72).

Curitiba, 17 de fevereiro de 1978.

Fontes bibliográficas: 1) Dados Cadastrais do INCRA-1972; 2) Revista Visão, 26.01.76; 3) Aspectos da realidade agrária, pág. 2, CONTAG, e Dados Cadastrais INCRA-1972; 4) Informação verbal de prelados do Paraguai; 5) Manual da Campanha da Fraternidade 1978.

Assinaram todos os Srs. Bispos presentes:

Dom Pedro Fedalto — Arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo Fernandes — Arcebispo de Londrina; Dom Benjamin de Souza Gomes — Bispo de Paranavaí; Dom José Joaquim Gonçalves — Bispo de Cornélio Procopio; Dom Eliseu Simões Mendes — Bispo de Campo Mourão; Dom Bernardo Nolker — Bispo de Paranaguá; Dom Armando Cirio — Bispo de Toledo; Dom Pedro Filipak — Bispo de Jacarezi-

nho; Dom Jaime Luís Coelho — Bispo de Maringá; Dom Romeu Alberti — Bispo de Apucarana; Dom Walter Michael Ebejer — Bispo de União da Vitória; Dom José Maimone — Bispo de Umuarama; Dom Agostinho Satori — Bispo de Palmas; Dom Albano Cavallin — Bispo Auxiliar de Curitiba; Dom Domingos Wisniewski — Bispo Auxiliar de Curitiba.